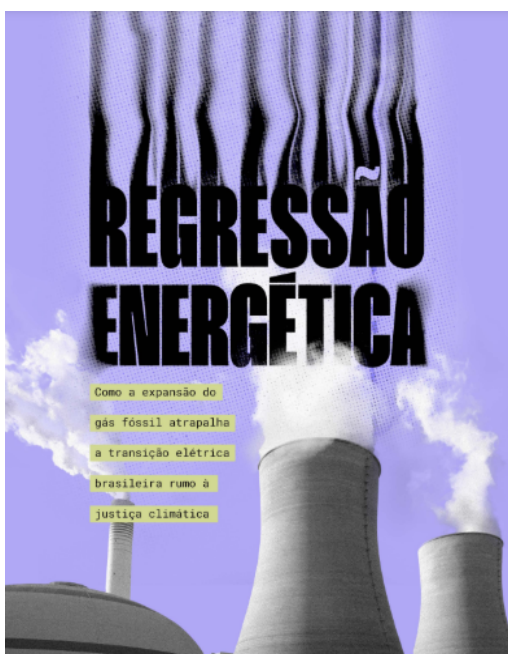


RESUMO EXECUTIVO

Regressão Energética

Como a expansão do gás fóssil atrapalha a transição elétrica brasileira rumo à justiça climática



O relatório "Regressão Energética" tem como objetivo analisar a atual situação da transição energética no Brasil, destacando a necessidade premente de reduzir a dependência de fontes de energia fóssil e promover a adoção de fontes limpas e renováveis para garantir um futuro sustentável para o país.

A produção do estudo é da [Coalizão Energia Limpa](#), formada por: [Coalizão Não Fracking Brasil](#) (Coesus), [Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor](#) (Idec), [Instituto ClimalInfo](#), [Instituto de Energia e Meio Ambiente](#) (IEMA), [Instituto de Estudos Socioeconômicos](#) (Inesc), [Instituto Internacional Arayara](#), [Instituto Pólis](#) e [Observatório da Mineração](#).

Conclusões e Recomendações

Expansão de fontes renováveis

A energia solar e a eólica cresceram significativamente, alcançando mais de 65 GW e quase 30% da matriz elétrica em 2024. Esse aumento decorre de leilões governamentais, mercado livre e modelos de geração distribuída. Entretanto, a implantação dos projetos de energia renováveis deve respeitar salvaguardas socioambientais para proteger as comunidades locais.

Regulação do setor elétrico

Expandir a matriz elétrica com tecnologias que reduzam a dependência de combustíveis

fósseis é o desafio atual. Para isso, será necessário um marco regulatório focado em modalidades como armazenamento de energia e hidrogênio verde, visando melhor integração das fontes renováveis e maior confiabilidade. É essencial que o legislativo discuta os setores elétrico e energético com imparcialidade, evitando medidas que favoreçam combustíveis fósseis, garantindo transparência e democracia no planejamento energético.

Participação social

É crucial que a sociedade civil incentive a transição justa dos combustíveis fósseis para

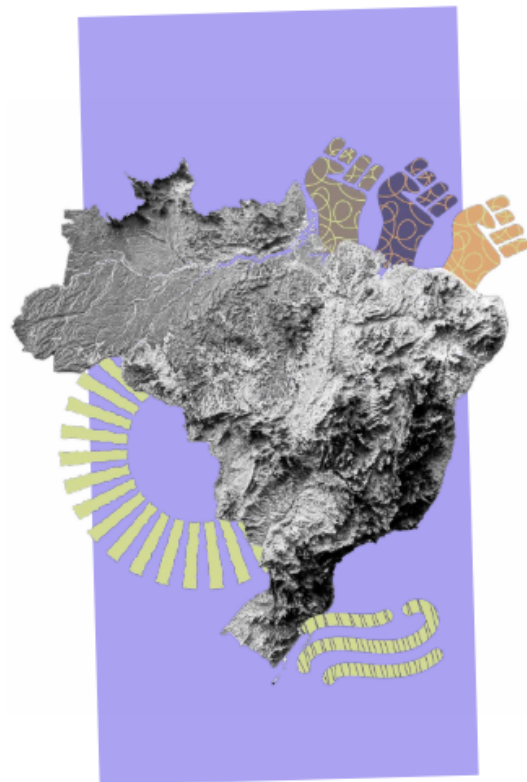
fontes renováveis. A COP 28 apresentou uma proposta incompleta para a descontinuidade do óleo e do gás. Por outro lado, representou um ambiente de pressão da sociedade civil brasileira contra o aumento da produção de combustíveis fósseis pelo governo. A discussão sobre a transição elétrica justa deve ser aprimorada até a COP 30 em 2025, em Belém.

Acelerando a Transição Justa

O governo federal, o Senado, a Câmara dos Deputados e os governos estaduais devem atuar juntos para cumprir as metas climáticas nacionais. É prioritário:

- Rever a privatização da **Eletrobras** e revogar a contratação das térmicas-jabutí a gás fóssil;
- Usar a **Reforma Tributária** para reformar os subsídios aos combustíveis fósseis;
- Apresentar um **plano de transição energética** com metas claras e cronograma de descarbonização, começando pelo setor elétrico;
- Alterar o **PL 11.247/2018** (sobre eólicas *offshore*) para excluir "jabutis" de térmicas a gás e corrigir impactos aos consumidores e ao meio ambiente;

- Rever o **PL 2.159/2021** para eliminar riscos ambientais e aumentar o controle social. Padronizar o licenciamento socioambiental a nível estadual;
- Nos **PL 2.308/2023 e 725/2022**, promover o hidrogênio verde para descarbonizar indústrias e transportes, sem perpetuar o uso do gás.



Contexto

Linha do tempo (2003-2023)

As decisões políticas nas duas últimas décadas que expandiram o uso do gás fóssil não garantiram segurança ou inclusão energética. Ao contrário, aumentaram a poluição da matriz elétrica e o preço da eletricidade ao consumidor. Dentre os fatos mais importante-se, citam-se a reforma do setor elétrico, com a criação dos ambientes de contratação livre e regulado, a contratação de

energia por leilões, a criação de bandeiras tarifárias e o lobby pela expansão do uso do gás durante o governo Temer. Já o governo Bolsonaro aprovou a Lei do Gás e a Lei de Privatização da Eletrobras, que incluiu a contratação compulsória de 8GW de térmicas inflexíveis em regiões sem infraestrutura, exigirão a construção de gasodutos e linhas de transmissão.

Resistência

Apesar dos equívocos da política energética e do intenso *lobby* do setor de óleo e gás, destacam-se ações da sociedade civil e movimentos ambientais que se opuseram a projetos fósseis e disputas barrando ou adiando a implementação, por meio de mobilizações populares em defesa da preservação de áreas sensíveis e de ações judiciais movidas por organizações não governamentais para contestar imprecisões de licenciamentos ambientais e procedimentos de oferta de blocos. Esses esforços em parar a exploração de óleo e gás têm sido decisivos para a redução da quantidade de blocos vendidos em leilões. Como exemplo, em leilão realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2022, 320 os blocos não foram arrematados, com área de 25,7 mil km², equivalente ao Estado de Sergipe. Já no leilão realizado pela ANP em dezembro de 2023, dos 603 blocos ofertados, 410 ou 68% do total não foram leiloados.

Retrocessos climáticos e impactos Socioambientais

Entre os efeitos negativos das atividades relacionadas ao gás fóssil na matriz energética, estão os impactos socioambientais e climáticos decorrentes da expansão da indústria petrolífera – que envolvem toda a cadeia produtiva da energia, da extração ao transporte de insumos à construção e operação de usinas.

Entre os impactos estão: a contaminação de recursos hídricos, os impactos na biodiversidade e nas comunidades locais e o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Estes problemas são decorrentes, em grande medida, da fragilidade dos licenciamentos ambientais de empreendimentos.

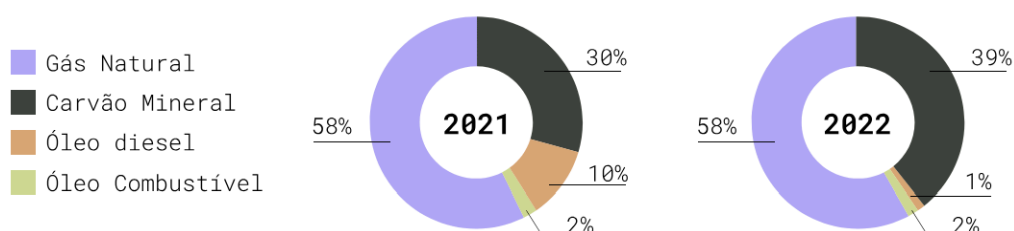
O que é energia limpa com justiça social e climática?

Energia limpa é uma fonte renovável livre de impactos socioambientais em sua cadeia de produção. Pensar em política energética de transição também vai além de questões técnicas, inclui: democratizar seu acesso, reduzir a desigualdade social, gerar emprego e renda e combater o racismo estrutural. Sendo assim, as premissas para uma transição elétrica justa são:

- Implementar à risca o licenciamento ambiental com participação social e comprometer-se com a efetiva escuta e considerações das consultas públicas;
- Garantir direitos territoriais e combater o racismo ambiental;
- Geração de emprego, renda e inclusão energética;
- Vincular tecnologia à sustentabilidade;
- Promover a adaptação climática.

PARTICIPAÇÃO DO GÁS NATURAL NAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA DAS TERMELETRICAS CONECTADAS AO SIN EM 2022

Fonte: [IEMA, 2023](#)



Gás fóssil na matriz elétrica brasileira

Casos Emblemáticos

Quatro casos específicos de empreendimentos relacionados ao setor de petróleo e gás em diferentes regiões do Brasil exemplificam os danos socioambientais causados pela expansão do gás fóssil na matriz energética, gerando desafios e conflitos. São eles:

- A exploração do Azulão I (em operação) e Azulão II (em licenciamento), na Bacia do Amazonas;
- A maior usina termelétrica a gás fóssil do país, a Termelétrica São Paulo, em Caçapava-SP (em pré-licenciamento);
- A termelétrica Marlim Azul I (em construção) e II (em licenciamento), na bacia do pré-sal, em Macaé - RJ;

- A Usina Termelétrica Portocem, segunda maior unidade geradora a gás fóssil do país, no Ceará.

Amazônia na Mira

O foco do setor de petróleo e gás na região amazônica evidencia a quantidade significativa de blocos de petróleo mapeados na área. Entre 2012 e 2020, houve pressão e avanço da indústria sobre o bioma amazônico – na mesma época, foi registrado um aumento de 13% nos campos petrolíferos na região. Existiram casos de violação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos quais a licença de produção de gás foi concedida sem a consulta prévia aos povos indígenas